



CARTOGRAFANDO DISCURSOS EM ABRIGOS PARA ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: POR UMA DESCONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E EXPRESSÕES DE SEXUALIDADE

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho¹
Luan Carpes Barros Cassal²
Aline Gomes de Carvalho³

Introdução

O presente trabalho versa sobre a experiência de realizar grupos como um dispositivo de intervenção sobre discursos acerca da(s) sexualidade(s) em abrigos para crianças e adolescentes institucionalizados, vinculado ao projeto “Garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes pobres: história e configurações atuais” (FAPERJ).

A princípio o projeto se debruçou sobre um abrigo misto, porém com foco em meninos de faixa etária entre 10 a 13 anos, a fim de cartografar os processos de subjetivação e de relações de gênero que perpassavam por suas vidas cotidianas e, conseqüentemente, a instituição vigente. A partir desse trabalho, foi possível pensar diversas questões e potencializar discussões acerca das produções de discurso, os quais muitas vezes espelhavam visões marcadas por dicotomias e reducionismos. Posteriormente, o trabalho voltou-se para uma casa de abrigamento exclusivamente feminina, na qual era possível acomodar de 8 a 10 meninas, com faixa etária dentre 13 e 17 anos. Em ambos os locais, as questões foram trabalhadas em grupos e com participação espontânea, embora algumas vezes tenha ocorrido uma obrigatoriedade na participação por exigência da instituição. Aqui será trabalhada a experiência na casa para meninas Dalva de Oliveira.

De acordo com Foucault (1988), as instituições são mecanismos disciplinares, que tem como objetivo manter a organização social construída sócio-historicamente. Assim, podemos considerar as casas de abrigamento como um local onde esses mecanismos disciplinares funcionam como um modo de controle de corpos, massas e populações, já que as normas e as práticas institucionais acabam por produzir efeitos nos modos de existência desses jovens. Goffman (1961), afirma que

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: ppbicalho@ufrj.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: luancassal@yahoo.com.br

³ Discente do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: lin-gomes@hotmail.com



essas organizações burocráticas controlam muitas das necessidades humanas, sendo esses jovens então supervisionados em um nível de vigilância e obediência, dividindo essa instituição em dois estratos, com mobilidade social grosseiramente limitada: grande grupo controlado e uma pequena equipe de supervisores. E, essa forma de controle se dá de diversas maneiras que acabam por emergir durante o trabalho feito e que serão aqui abordadas enquanto possibilidade de produção de subjetividade.

Segundo Silva (2008), o surgimento destas instituições no Rio de Janeiro faz parte das intervenções do Estado com finalidade de controle urbanístico e de circulação da população. Assim, para Silva (2008), abrigos e educandários atuam para acolhimento, educação e proteção, ao mesmo tempo em que disciplinavam comportamentos e corpos para o mundo do trabalho, pois essas instituições se voltam para renormatização, uma reinserção em uma sociedade pautada em força de trabalho e de consumo.

Ao pensar no controle e na docilização dos corpos, tal como diz Foucault, com o estabelecimento das disciplinas e saberes que falam sobre o homem, é possível observar que emerge um novo objeto, a sexualidade. Assim, mais uma categoria passa constituir a subjetividade humana, como essência a ser desvelada. O autor menciona que a interdição de certas palavras, uma nova ordem de decência de expressões e censuras no vocabulário, que surgiram a partir dessa época, poderiam ser apenas dispositivos secundários com relação à sujeição de tornar a sexualidade “moralmente aceitável e tecnicamente útil” (Foucault, 1988: 24). O sexo apresenta, então, formas legítimas de experimentação à monogamia, à prática heterossexual e à formação de núcleos familiares. Como controlar essas formas de experimentação? O autor diz que se deve falar de sexo, falar publicamente, “pois o sexo não se julga, administra-se” (Foucault, 1988: 27). Ao falar de sexo surge uma necessidade de gerar conhecimento sobre o assunto, gerar saberes, poderes, discursos, para assim administrá-lo.

Dessa forma os desvios à norma, antes entendidos como pecado e/ou crime, agora são da ordem da medicina e da psicologia – degeneração, perversão, patologia; “incontável família dos perversos que se avizinha dos *delinqüentes* e se aparenta com os loucos” (Foucault, 2007: 47). O autor conceitua o *dispositivo da sexualidade* como:

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1979: 138)

A noção de adolescência é construída como um período de ‘crise’ e de exacerbação da sexualidade, pela chegada da puberdade. Porém, a experimentação da juventude e do próprio sexo



será específica para jovens internados em abrigos. Pois, esses adolescentes são classificados como “adolescentes perigosos ou em perigo”. Entendendo as ações de repressão como produção – de normas, transgressões e punições, bem como de formas de existência – como são construídos discursos nesta instituição, e quais seus efeitos na experiência dos jovens? De que maneira são construídos processos de exclusão e eliminação de formas de existência que se encontram fora da ‘norma’? Dessa maneira, nosso objetivo foi cartografar processos de subjetivação e práticas produzidas em instituições para adolescentes, tomando a sexualidade como categoria de análise.

Percurso Metodológico

Nesta experiência de pesquisa, utilizamos o método cartográfico que, segundo Kastrup (2007:15) “visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção”. Além disso, a autora afirma que o pesquisador precisa estar implicado com o processo de pesquisa e, para isso, deve mergulhar no campo e exercitar sua atenção. É dessa maneira que ele inicia o processo de construção de dados. Esta metodologia rompe com as dicotomias sujeito-objeto, teoria prática e indivíduo-sociedade.

Como instrumento, utilizamos o grupo como dispositivo, entendendo que o grupo se torna potente na medida em que o entrecruzamento de diferentes forças instituintes permite a emergência de novas potencialidades e a possibilidade de estranhamento de referenciais naturalizados. Dessa maneira, os estudantes atuam como facilitadores, em um trabalho não-diretivo para um processo de criação coletiva, em que sujeito e grupo se produzem mutuamente, e em permanente mutação. As impressões das atividades foram registradas em diários de campo individuais, para posterior análise dos dados construídos.

O campo de pesquisa foi um abrigo público no Rio de Janeiro, integrado à rede de Assistência Social. Esta unidade era constituída de uma casa de dois quartos capazes de abrigar, no total, cerca de 8 a 10 meninas de faixa etária entre 13 a 17 anos. A rotina institucional era supervisionada por uma psicóloga, duas assistentes sociais e dois educadores por plantão, sendo normalmente um educador de cada sexo. Todas as meninas deveriam freqüentar a escola e algumas possuíam estágios fora da instituição. Os encontros em grupo envolviam, mais ou menos, quatro meninas, com alta rotatividade. Os trabalhos semanais dos grupos foram revezados entre duas duplas de facilitadores. Assim, reforçando a importância da existência dos diários de campo e das trocas de informações, em supervisão, para a promoção de um trabalho de assuntos contínuos que correspondesse às demandas dessas adolescentes.



A pesquisa foi desenvolvida entre março e julho de 2010, constando de três etapas, a saber: uma primeira de ambientação e de apresentação do projeto, através de encontros com a equipe dirigente e de uma dinâmica de apresentação com as meninas; uma segunda de realização efetiva dos grupos; e uma terceira, para finalizar o trabalho, através uma dinâmica de feedback, a fim de saber como foi a experiência de realização dos grupos. Para isto, utilizamos ferramentas não só verbais, mas também lúdicas pois, segundo Frotté (2001), a utilização de variados recursos vai contra a racionalização prévia, e servem como disparadores de discussões pelo próprio coletivo de jovens.

Resultados

A experiência de pesquisa permitiu compreender diversas relações e rotinas que se dão dentro da instituição na qual se inseriu, problematizando produções tomadas como naturais. Entendemos que as normas institucionais produzem e legitimam determinados modos de existência, em detrimento de outros, e achamos necessários colocar em análise os processos que determinam estas escolhas.

Goffman (1961) indica que uma das características de uma instituição total é o controle das necessidades humanas pela organização burocrática, tomando como exemplo a restrição às transmissões de informações. No abrigo em questão a rotina é o fato das meninas não terem acesso ao conhecimento das decisões quanto ao seu destino, no sentido de escolha da escola e, da escolha de tentar ou não um concurso para estágios, sendo esses, no caso, obrigatórios. Outra forma de controle é a administração das saídas livres das adolescentes de acordo com o seu comportamento ou tempo na instituição, ou seja, as novatas e as que não cumprem as normas da instituição são privadas de maneira punitiva desse direito semanal a uma saída livre com horário restrito.

Além disso, observa-se que o internado é contaminado por contato interpessoal imposto, e conseqüentemente, uma relação social imposta, pensando assim em uma violação da escolha do próprio grupo social identitário da qual o adolescente deseja pertencer. Goffman considera as instituições totais locais para “mortificação do eu”:

“A instituição total é um híbrido social parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas, cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer do eu.” (Goffman, 1961: 22)

A instituição retira os jovens ditos ‘perigosos’ da circulação em espaços públicos, doutrina e dociliza as subjetividades, tendo como uma das estratégias o domínio da sexualidade. Às práticas de eliminação de populações excluídas e indesejadas, Baptista (1999) vai chamar de ‘genocídio’, pelas mutilações de corpos e de vidas. São assassinatos físicos, concretos, ou subjetivos – mortes de



possibilidades de expressão da singularidade humana. O autor entende que estes acontecimentos não se dão sem uma preparação social anterior. Neste sentido, escreve:

“Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima (...). Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades individuais. Estranhamento e individualidade são alguns dos produtos destes agentes. Onde estarão os amoladores de facas?” (Baptista, 1999: 46).

Dessa forma, o que Baptista nos traz é o entendimento que a eliminação dos marginais, nos quais estão incluídas diversas juventudes (sejam jovens pobres ou jovens homossexuais, dentre tantos), não se dá sem a produção de discursos de certos atores, que são legitimados a falar. A desigualdade social é remetida a casos isolados, específicos; fracassos pessoais ou de trajetórias familiares. Este processo alienante retira o caráter político do debate, bem como a potência da vida, de transformação do que está instituído. Para dar conta das fragilidades daquele que parece estranho a norma, convocamos especialistas, que com seu saber podem oferecer tutela e abrigo.

O que o tema dos amoladores de facas tem em comum com a discussão da sexualidade em abrigos? Esta instituição massacra as singularidades pelo “bem” destas juventudes. Por vezes, uma saída encontrada para os internos é a fuga dos estabelecimentos; esta pode ser uma busca de transformação da situação vivenciada, tendo poucos recursos disponíveis. Mas este ainda é um processo excludente, que leva o jovem a uma solução extrema. O internato não pode ser apenas uma instituição à qual os sujeitos devem se adaptar. Pelo contrário, podemos apostar em novas formas de construir o trabalho com adolescentes, instituições e sexualidades.

Um dos modos que a produção de discursos interfere nos processos de escolha, que foi bastante destacado nos assuntos discutidos, foi a escolha do parceiro sexual. A escolha sexual surgiu como assunto, pelos diversos tipos de parceiros possíveis para essas adolescentes. Nos grupos, foram extremamente ricas as discussões e os atravessamentos dos diversos olhares, ao pensar nessas formas de expressão, nesses rótulos, nessas normas de ser e estar. Como exemplo, podemos citar discussões acerca de homossexualidade, bissexualidade, relacionamentos monogâmicos, relacionamentos com parceiros casados e/ou mais velhos, escolha de métodos contraceptivos, violência sexual, prostituição, aborto, entre outros.

A sexualidade ainda produz efeitos nas relações de gênero. Esses efeitos podem ser vistos, na relação traçada com os educadores homens, na qual eram vistos com o discurso de divisão de tarefas próprias a indivíduos do sexo masculino. Além, de o homem, principalmente o mais velho, aparecer apenas como forma de obtenção de determinados favores e agrados.

Segundo Groppo (2000), a representação sobre a adolescência é construída como fortemente vinculada à transgressão de regras e à manifestação da sexualidade. Mas, de fato, a instituição



restringe possibilidades de escolhas destes sujeitos e da produção de modos inéditos e singulares de existência. Através dos grupos esse modos de existir que são postos a margem, são capazes de ser cartografados e problematizados, assim possibilitando um novo modo de olhar os processos de escolhas, seja em relação a sexualidade, seja nos mais diversos âmbitos da vida.

Considerações Finais

As múltiplas infâncias e adolescências produzidas não dizem respeito somente à experiência particular dos sujeitos. Mais do que isso, fala de formas de produção de nossa própria sociedade; quais nossos valores? De que paradigmas nós nos utilizamos? Como mantemos e transformamos as relações de poder? A existência de populações excluídas e marginalizadas é, assim, analisadora de nossa organização social.

Os internatos restringem, assim, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Mais ainda, por conta da tutela produzem um cuidado castrador (Merhy, 2004), ao invés de investir na potência dos jovens, entendendo o desejo como potência de mudança e transformação.

Analisar instituições para jovens revela muito sobre as construções a respeito dos processos de criminalização da sexualidade; a sexualidade instiga profissionais e jovens, sem espaços que permitam a discussão destes processos. Pensar que as normas são naturalizadas implica na reafirmação de que apenas certos modos de viver a sexualidade são legítimos – aqueles pautados pela monogamia e pela heterossexualidade.

Acreditamos que esta ação construiu algumas perguntas, que precisam de aprofundamento. Para construir outras relações da universidade com estas realidades, continuaremos este projeto de pesquisa-intervenção em outras instituições, públicas e filantrópicas, de abrigo e de cumprimento de medida socioeducativa. Além disso, esta ação traz retornos e problematizações para os projetos que trabalham grupos e juventudes, repensando as práticas universitárias e a construção de sentidos. É a ação extensionista garantindo a transformação das populações participantes, da universidade e seus processos de formação e produção de conhecimento.

Da mesma maneira, a realização de grupos abre espaço para compreender a sexualidade além da norma vigente essencialista, biologizante e heteronormativa e para a construção de escolhas. Apostamos, assim, na afirmação de formas inéditas de existência, plenas de singularidade, experimentação e criação coletiva, na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos e, talvez, abrir espaço para novos modos de existência, inéditos e autênticos.



Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, L.A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: *Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.
- CASSAL, L.C.B.; LAMEIRÃO, M.B.S.; BICALHO, P.P.G. Juventudes Rizomáticas: Problematizações da Sexualidade em Abrigos e Instituições de Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas. In: *Revista Contemporânea de Educação*, v.4, n.7, p.132-147. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.
- FROTTÉ, M. D. *Analítica do Vocacional: Percursos e derivas de uma intervenção*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1961.
- GROPPO, L. A. *Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- MERHY, E. E. *O desafio da tutela e da autonomia: uma tensão permanente do ato cuidador*. Disponível em: <www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>. Acessado em: 15 mai. 2009. 2004.
- RAUTER, C. Diagnóstico Psicológico do Criminoso: Tecnologia do Preconceito. *Revista de Psicologia*. Niterói: UFF, 1989, p. 9-22.
- SILVA, J. C. S. “Acima de qualquer suspeita” – disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. In: *Cultura Escolar, Migrações e Cidadania: Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto), 2008.